

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

**TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**  
**Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica**  
**NUP Nº 22001.025847/2026-77**

**UNIDADE CONTRATANTE: Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**

**1. OBJETO:**

1.1 Escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material de Limpeza e Produção de Higienização, destinado a atender as necessidades da Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola pertencente a jurisdição da Superintendência das Escolas Estaduais Sefor-1, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA:**

2.1 A presente aquisição Material de Limpeza e Produção de Higienização, visa suprir as necessidades Pedagógicas e Administrativa, assim atendendo a Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola pertencente a jurisdição da Superintendência das Escolas Estaduais Sefor-1. Desse modo, se faz necessário adquirir o bem ou serviço citado com Aporte de Recursos Financeiros da Portaria 01/2025 Manutenção.

2.2 Este objeto será realizado através de licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento Integral, com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/21.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS:**

Item	Especificações	Unid.	Quant.
1	176060 - Água sanitária, solução aquosa, limpeza geral, hipoclorito de sódio ou cálcio, teor de cloro ativo mínimo 2,0% p/p, sem adição de substâncias corantes, detergentes e aromatizantes, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, registro na anvisa, bombona 5.0 litros <b>Obs: Produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	195
2	18643 - Cesto para lixo, plástico resistente, com pedal, 25 litros, embalagem 1.0 unidade <b>Obs: Produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	20
3	1864 - Desentupidor, sanitário, borracha, mínimo 70 cm, haste de madeira, identificação do produto e marca do fabricante, embalagem 1.0 unidade <b>Obs: Produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	4

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

de 8 de junho de

Decreto Estadual nº 3.097

2021.

Item	Especificações	Unid.	Quant.
4	101885 - Desinfetante, a base de lavanda, liquido, uso geral, ação bactericida e germicida, bombona 5.0 litros <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	200
5	723780 - Desodorizador de ar, purificador de ambientes, aerossol, dupla ação, fragrância, diversas, não contendo cfc clorofluorcarbono, produto saneante notificado na anvisa, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, embalagem 360.0 mililitros <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	18
6	1961 - Esponja para limpeza, dupla face, sintética, lado espuma poliuretano outro, fibra sintética abrasiva, dimensoes 100x70x20mm, variacao +/- 10 mm, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, embalagem 1.0 unidade <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	45
7	1373917 - Flanela, algodão, dimensoes 50x35cm, avulso 1.0 unidade <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	50
8	42587 - Inseticida, aerossol, insetos em geral, moscas, mosquitos, baratas, formigas, não contendo cfc - clorofluorcarbono, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, tubo 300.0 mililitros <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	25
9	815266 - Pa de lixo, material coletor plástico dimensões mínimas 23x19cm, cabo de madeira plastificada dimensão mínima 60c m, embalagem 1.0 unidade <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	12
10	235482 - Pano de chão, saco branco alvejado, 100% algodao, embalagem 1.0 unidade <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	60
11	713119 - Pano multiúso, limpeza em geral, picotado, cores a definir laranja, verde, azul, dimensoes 28 cm x 300 m largura mínima x comprimento, tratamento antibactéria, viscose/poliéster/celulose, gramatura mínima 35 g/m², acondicionado em plástico transparente ou caixa de papelão, rolo 1.0 unidade <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	1

Documentos assinados eletronicamente por: TATIANE CRUZ DA COSTA em 03/02/2026, às 10:55 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 3.097 de 8 de junho de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8390-6069-0967-EF33.

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

Documento assinado eletronicamente por: TATIANE CRUZ DA COSTA em 03/02/2026, às 10:55 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.997, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8390-6069-0967-EF33.

Item	Especificações	Unid.	Quant.
12	668700 - Papel higiênico, cor branca, 500 metros, ficha técnica do produto, relatório de ensaio microbiológico emitido por laboratório, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, folha simples, macio, alta qualidade, 100% celulose virgem, alta absorção, fardo 8.0 rolo <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Fardo	110
13	21083 - Pedra sanitária, desodorizador sanitário, caixa acoplada, consistência sólida, fragrância agradável, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, registro ou notificação na anvisa, aproximadamente, tablete 50.0 gramas <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	100
14	1490 - Sabão, pó, tensoativo biodegradável, composição água, corante e branqueador óptico, caixa 500.0 gramas. <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	108
15	20656 - Sabonete, liquido cremoso para mãos, fragrâncias diversas, composição lauril éter sulfato de sódio tensoativo aniônico, fragrância, corante, espessante, conservante e essência, ph 100% 5,5 a 6,5, viscosidade minima 600 cp, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, registro ou notificação para cosméticos na anvisa, bombona 5.0 litros <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Unid.	90
16	841 - Saco para lixo, plástico, classe i, resina termoplástica virgem ou reciclada, cor preta, capacidade 100 litros, 20 kg, nbr 9191, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, pacote 100.0 unidades <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Pacote	50
17	301825 - Saco para lixo, plástico, resina termoplástica virgem ou reciclada, preta, classe i, acondicionamentos resíduos domiciliares não passível de separacao, 200 litros, 105 cm, variacao +/- 1,0 cm, altura minima 105 cm, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, nbr 9191, pacote 100.0 unidades <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Pacote	20
18	61417 - Saco para lixo, plástico, resina termoplástica virgem ou reciclada, preta, classe i, acondicionamentos resíduos domiciliares não passível de separacao, 60 litros, 55 cm, 74 cm, variacao +/- 1,0 cm, embalagem com identificação do produto e marca do fabricante, nbr 9191, pacote 100.0 unidades <b>OBS: produto de baixa qualidade, estará sujeito a análise, sob pena de desclassificação</b>	Pacote	50

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

- 3.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.
- 3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.
- 3.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4. O estudo da pesquisa de preço é realizada com fundamento no Art. 29, do Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, por meio do Mapa de Preço que compõe o Sistema Licitaweb do Portal de Compras da SEPLAG - Secretária do Planejamento e Gestão.
- 3.5. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

#### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- 4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária da Secretaria da Educação:
- 4.1.1 Funcional Programática: 22100022.12.362.231.20980.03.339030.50000.0 - 23174

#### **5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

A unidade gestora Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola pertencente a jurisdição da superintendência das escolas estaduais Sefor-1 opta por não disponibilizar os valores dos estimados aos fornecedores no procedimento de licitação Cotação Eletrônica, garantindo os princípios administrativos da ampla competitividade, da economicidade, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com o princípio do interesse público, com fulcro no Art 5 c/c Art 24 da Lei Federal 14.133/2021.

Nesse sentido, esclarece que a ausência da informação não incorrerá em prejuízo ao princípio da publicidade, tendo em vista a divulgação, neste projeto, do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Ademais, os valores estimados, assim como as demais peças constantes nos autos do processo em epígrafe estão disponíveis, mediante solicitação formal dos órgãos externos e devidamente justificada, garantindo assim o respeito ao princípio da economicidade da Administração e incentivando a concorrência entre as empresas que estão participando do certame.

#### **6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO/FUNDAMENTAL LEGAL:**

- 6.1. Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica.
- 6.2. Amparo Legal:
  - 6.2.1. Art 75, Inciso II, Lei Nº 14.133, de 21 de abril 2021;
  - 6.2.2. Lei Complementar 123 e suas alterações;
  - 6.2.3. Lei Complementar Nº 288, de 20 de julho de 2022;
  - 6.2.4. Decreto Estadual Nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto Estadual Nº35.474, de 26 de maio de 2023.
  - 6.2.5. Decreto Estadual 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo 35.475, de 26 de maio de 2023.
  - 6.2.6. Decreto Estadual Nº35.283, de 19 de janeiro de 2023.

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

Documento assinado eletronicamente por TATIANA CRUZ em 02/06/2021 às 15:53 horas (Local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 364.097, de 8 de Junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 8390-6069-0967-EF33.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

7.1.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e comunicado, por mensagem eletrônica, aos fornecedores registrados no sistema Cadastro de Fornecedoros do Estado, no correspondente ramo de atividade que se pretende contratar;

7.1.2. No Termo de Participação deverá constar a identificação do Promotor da Cotação Eletrônica a especificação do objeto da contratação, as quantidades requeridas, as condições de contratação, o regime de execução, o endereço para acesso ao procedimento eletrônico, as datas, horários e prazos para realização das etapas do procedimento, as condições de participação, o prazo e o local de entrega, as regras, os prazos e condições de pagamento;

7.1.3. O fornecedor interessado em participar da cotação eletrônica deverá estar previamente inscrito no Cadastro de Fornecedoros do Estado e acessar o sistema mediante identificação do usuário e sua respectiva senha privativa do representante de cadastro;

7.1.4. Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração serão os de menor preço conforme dispuser o Termo de Participação;

7.1.5. O fornecedor deverá enviar suas propostas de preço, utilizando, para tanto, exclusivamente o sistema eletrônico, em período previsto no Termo de Participação, sendo considerada inválida a proposta apresentada por quaisquer outros meios estranhos a este;

7.1.6. Durante o período de recebimento das propostas, o menor preço ofertado estará sempre disponível para conhecimento público em tempo real, vedada a identificação do fornecedor;

7.1.7. A proposta de preço com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada pelos fornecedores em moeda corrente nacional, com a unidade de fornecimento solicitada em cada item, de apenas uma marca, no caso de bem ou material;

7.1.8. O fornecedor poderá oferecer lances públicos e sucessivos, desde que de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, **vedada a exclusão ou retirada da proposta nas últimas 6 (seis) horas da etapa de recebimento das propostas;**

7.1.9. Se houver lances iguais ao menor preço ofertado ao final da etapa de recebimento de propostas, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

7.1.10. Encerrada a etapa de recebimento de propostas, o Promotor da Cotação Eletrônica realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, identificada como arrematante, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação;

7.1.11. Quando a proposta classificada em primeiro lugar permanecer acima do valor estimado para a contratação, o Promotor da Cotação Eletrônica promoverá negociação com o fornecedor arrematante, exclusivamente por meio do sistema, para obtenção de proposta mais vantajosa, estabelecendo prazo para resposta em campo próprio;

7.1.12. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, se o arrematante recusar ou não responder a contraproposta do Promotor da Cotação Eletrônica;

7.1.13. Antes de declarar a proposta vencedora, o Promotor da Cotação Eletrônica poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta comercial adequada ao último lance ofertado pelo arrematante e, se necessário, dos documentos complementares, incluindo especificações técnicas e instruções sobre o bem;

7.1.14. No caso do Promotor da Cotação Eletrônica exigir apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada por meio eletrônico com os respectivos valores adequados à proposta melhor classificada;

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

7.1.15. As contratações por meio da cotação eletrônica serão feitas preferencialmente de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas atualizações ou outro instrumento legal que venha substituí-la;

7.1.16. Somente serão aceitas propostas de fornecedores cujas atividades econômicas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado sejam compatíveis com o objeto da contratação;

7.1.17. É vedada a participação na cotação eletrônica de empresas inidôneas ou impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

## **8. DA HABILITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. Para ser declarado vencedor, o fornecedor melhor classificado após o julgamento quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, em relação ao estimado, deverá estar em situação regular no Cadastro de Fornecedores do Estado.

8.1.1. Além da regularidade no Cadastro de Fornecedores do Estado, poderá ser exigida documentação complementar para comprovação da habilitação técnica e econômico-financeira, desde que necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da contratação.

8.1.2. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Promotor da Cotação Eletrônica examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.2. A contratação decorrente do procedimento de cotação eletrônica será formalizada mediante emissão da ordem de compra e da nota de empenho, que serão comunicadas ao fornecedor vencedor por meio do sistema.

8.3. As empresas que desejarem se enquadrar nos benefícios do tratamento jurídico diferenciado, nos termos da art. 42 ao art. 49 Lei complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, que não possuem nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, alterada pela Lei 147/2013 e Lei complementar 155/2016, e em conformidade do Decreto Federal 8.538/2015.

8.3.1. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas que não apresentarem a declaração prevista no subitem 3.2. poderão participar, normalmente, do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime. **APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.**

8.3.2. Apresentar Declaração que não emprega menor comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis) anos para trabalho de qualquer natureza, de acordo com o **APÊNDICE B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO TRABALHISTA DO MENOR.**

8.3.3. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o prazo de 24 horas para o devido saneamento, em respeito aos princípios de formalismo moderado e da razoabilidade e com fulcro no Art 6 do Decreto Estadual 35.341/23.

## **9. DA HABILITAÇÃO:**

Caberá ao fornecedor, interessado em participar da cotação eletrônica:

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

- 9.1. Inscrever-se no Cadastro de Fornecedores do Estado para obtenção de usuário e senha de acesso ao sistema de cotação eletrônica;
- 9.1.2. Declarar em campo próprio o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do Termo de Participação;
- 9.1.3. Acompanhar as operações no sistema durante o período previsto para o recebimento de propostas, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de desconexão com o sistema por qualquer motivo, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica qualquer tipo de responsabilização;
- 9.1.4. Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive, os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso.
- 9.1.4.1. O acesso ao sistema implica a responsabilidade legal do fornecedor, ou seu representante e na presunção de sua capacidade técnica e jurídica para participação do procedimento da cotação eletrônica.
- 9.1.4.2. A utilização do usuário e senha de acesso de que trata o item 10.2.4.1 deste Termo de referência será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica responsabilidade por **eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.**
- 9.1.5. Executar o objeto da contratação em conformidade com este Termo de Referência/termo de Participação e seus anexos.

## 10. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- 10.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. Entrega será forma imediato.
- 10.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, deverá comunicar as razões motivadoras com pelo menos 02 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 10.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados em até 02 (dois) dias úteis antes do prazo de entrega, e aceito pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- 10.4. Os bens que apresentarem vício ou defeito no ato da entrega deverão ser substituídas, por outros novos de primeiro uso, e originais.
- 10.4.1. Uma vez notificado, o contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação ao contratado, mantendo os mesmos padrões e qualidade e desempenho iguais ou superiores.
- 10.4.2. No prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

## 11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS BENS E DE PAGAMENTO:

- 11.1. Recebimento do Objeto:
- 11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente ao contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta.

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo será considerado efetivado após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüentemente aceitação do gestor do contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, juntamente com a documentação de regularização fiscal, trabalhista e social.

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante aceite da unidade gestora quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

Liquidação das Despesas:

12.2.1. Para fins de liquidação, a Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola pertencente à jurisdição da superintendência das escolas estaduais Sefor-1 deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou instrumento equivalente e da Unidade Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar.
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.1.1. Serão necessários os seguintes documentos para liquidação da despesa:

- a) Ofício da contratada, solicitando pagamento da despesa executada;
- b) Cadastro de Fornecedores do Estado - CRC regularizado no ato da liquidação;
- c) Certidões de regularidade, válidas providenciária, trabalhista e social;
- d) Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

12.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

- 16.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 16.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 16.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 16.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.1.11. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 16.1.12. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.
- 16.1.13. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO:**

- 17.1. A execução do objeto será fiscalizada por agente designado pelo núcleo gestor da CREDI, SEFOR ou ESCOLA, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 43 a 52 do Decreto Estadual 35.322 de 28 de fevereiro de 2023 e suas alterações.

## **18. PRAZO DE EXECUÇÃO:**

- 18.1. O prazo de execução do objeto é de 20 (Vinte) dias, contado a partir do recebimento da nota de empenho e da ordem de compra.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 19.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento



**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

**APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.**

**(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, sediada a rua \_\_\_\_\_, para efeito de participação no referido processo de Cotação Eletrônica, vem **DECLARAR**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **MICROEMPRESA - ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme art. 3º da **Lei Complementar Nº 123/2006** e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º desse artigo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos **Arts. 42 a 49 da mencionada Lei, com as alterações da Lei Complementar Nº 147/2014.**

**(INFORMAR MUNICÍPIO)**, (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

**(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)**  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola**  
**CNPJ: 07.954.514/0435-25**

**APÊNDICE B - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

À **(INFORMAR NOME COMPLETO DA UNIDADE ESCOLAR)** - CE

DECLARAÇÃO

**(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **(INFORMAR NOME COMPLETO)**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **(INFORMAR NÚMERO DO RG)** e do CPF n.º **(INFORMAR NÚMERO DO CPF)**, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

**(INFORMAR MUNICÍPIO)**, (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

**(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)**  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA